COP 30: ÚLTIMO ATO OU NOVA CENA NO MEIO CLIMÁTICO GLOBAL?

TALITA PRISCILA PINTO*

Prestes a se tornar anfitrião da COP 30 da UNFCCC, o Brasil terá a oportunidade de demonstrar os resultados das suas políticas ambientais, com o peso de o evento ser realizado em uma cidade amazônica pela primeira vez. Sendo as COPs o palco central para o papel de maior detentor de biodiversidade do mundo que o Brasil tem desempenhado, este artigo rememora a atuação do País nesses marcantes eventos. Entre os avanços e desafios brasileiros, estão inclusos o pacto de baixo carbono firmado com o Acordo de Paris, a fragilização da governança ambiental e a consolidação da narrativa de inclusão social no discurso climático. Ao olhar para os dias de hoje, põe-se à prova o protagonismo do Brasil como liderança climática com base tangível.

AS CONFERÊNCIAS das Partes (COPs, na sigla em inglês) têm sido um palco central para a negociação de acordos climáticos globais. O Brasil, maior detentor global de biodiversidade, desempenha um papel estratégico e singular nesse processo. Desde a sua adesão à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, também em inglês), o País assumiu compromissos crescentes para mitigar emissões e promover uma economia de baixo carbono, mas a sua trajetória apresenta avanços e desafios significativos.

Na COP 15, em Copenhague (2009), o Brasil anunciou voluntariamente a redução das suas emissões de gases do efeito estufa (GEE) entre 36,1% e 38,9% em relação ao cenário de emissões projetadas até 2020. Esse compromisso foi formalizado por meio da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), com foco em ações estratégicas como a redução do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, a recuperação de áreas degradadas, o incentivo a energias renováveis e o fortalecimento de práticas agrícolas de baixo carbono.

Entre 2004 e 2012, o Brasil obteve reduções históricas no desmatamento da Amazônia, resultado de políticas como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e a expansão de áreas protegidas. Entretanto, a partir de 2016, o desmatamento voltou a crescer e as taxas observadas colocam em risco metas e compromissos atrelados à redução do desmatamento ilegal.

"As Conferências das Partes (COPs, na sigla em inglês) têm sido um palco central para a negociação de acordos climáticos globais. O Brasil, maior detentor global de biodiversidade, desempenha um papel estratégico e singular nesse processo."

ACORDO DE PARIS E A ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

A COP 21, realizada em Paris (2015), representou um ponto de inflexão nas negociações climáticas globais. O evento culminou na adoção do Acordo de Paris, um pacto histórico que estabeleceu o arcabouço para a transição global rumo a uma economia de baixo carbono. Com a participação de 196 partes, o acordo é amplamente reconhecido por representar uma mudança de paradigma na governança climática global. Diferenciando-se do Protocolo de Kyoto (1997), que limitava obrigações de redução de emissões a países desenvolvidos, o Acordo de Paris amplia a responsabilidade de países quanto à formulação e à implementação de suas metas nacionais de redução de emissões.

A atuação do Brasil na COP 21 reafirmou o compromisso nacional com a agenda climática global. O País apresentou a sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) – uma das mais ambiciosas entre os países em desenvolvimento –, que consolidou uma transição das metas voluntárias adotadas em Copenhague para metas absolutas e vinculadas ao Acordo de Paris. Os principais compromissos foram reduzir 37% das emissões de GEE até 2025 e 43% até 2030, com base nos níveis de 2005.

O País comprometia-se, também, a: erradicar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030 e promover a restauração de 12 milhões de hectares de florestas, além de alcançar a compensação de emissões por meio da restauração de áreas degradadas e manejo florestal sustentável; garantir que 45% da matriz energética nacional permanecesse renovável, ampliando a participação de fontes não hidrelétricas, como energias eólica, solar e de biomassa para pelo menos 23% da matriz elétrica; expandir programas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF); e recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, promovendo práticas de baixo carbono no setor agropecuário.

Entre 2015 e 2021, o Brasil alcançou alguns progressos significativos em relação às metas estabelecidas, mas enfrentou retrocessos consideráveis, especialmente na governança ambiental. O aumento nas taxas de desmatamento a partir de 2019, associado ao enfraquecimento de órgãos de fiscalização ambiental e à redução do orçamento para políticas climáticas, contrastou com o discurso ambicioso apresentado em Paris. O setor energético foi um dos poucos

avanços observados, com expansão das fontes renováveis, que, atualmente, representam 49,1% de toda a matriz.

Houve, também, avanços em práticas agrícolas sustentáveis via Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), o que contribuiu para a disseminação de tecnologias de baixa emissão no setor. Mas a adesão segue sendo um gargalo. Muitos pequenos e médios produtores enfrentaram dificuldades para acessar financiamento e adotar práticas inovadoras, o que limita o impacto das políticas em escala nacional. A implementação das metas revelou fragilidades institucionais e lacunas estratégicas que comprometeram o cumprimento integral dos compromissos.

CONJUNTURAS DESAFIADORAS E RESPOSTAS A CRÍTICAS

A participação do Brasil na COP 26, realizada em Glasgow (2021), aconteceu em um contexto de alta pressão internacional. Com um histórico de compromissos assumidos em edições anteriores – especialmente na COP 21 –, o Brasil chegou à COP 26 em meio a conjunturas doméstica e global desafiadoras. Por um lado, o aumento do desmatamento e a fragilização da governança ambiental no País foram um alvo de críticas. Por outro lado, o Brasil buscou reposicionar-se internacionalmente ao atualizar a sua NDC para incluir uma meta de redução de emissões de 50% até 2030 e neutralidade climática até 2050.

Outros compromissos anunciados, como o fim do desmatamento ilegal até 2028 e a adesão ao Compromisso Global de Metano, refletiram um esforço para responder às críticas sobre a dificuldade do País em traduzir compromissos climáticos em ações efetivas. Enquanto a COP 21 simbolizou a consolidação do Acordo de Paris e a apresentação de metas de longo prazo, a COP 26 representou um momento de reavaliação e ajuste, em um contexto de maior urgência climática.

Depois da COP 26, o Brasil seguiu enfrentando intensas críticas relacionadas à governança ambiental. A COP 27, realizada em Sharm El-Sheikh (2022), foi marcada por discussões focadas em financiamento climático, perdas e danos, adaptação e implementação dos compromissos assumidos no Acordo de Paris. Para o Brasil, a COP 27 apresentou uma oportunidade de se reposicionar. O País adotou um discurso mais propositivo, destacando a Amazônia como um ativo estratégico e defendendo a criação do fundo global de perdas e danos.

Houve, também, a consolidação da narrativa de inclusão social no discurso climático, enfatizando a justiça climática e a necessidade de integrar comunidades indígenas e tradicionais nas soluções de mitigação e adaptação. Além disso, o Brasil anunciou um potencial protagonismo no financiamento climático e em mercados de carbono, incluindo a exploração de soluções baseadas na natureza para captação de recursos.

DESAFIOS QUE PERSISTEM E OPORTUNIDADES DE PROTAGONISMO

O que se observa é que, até a última conferência, a COP 29, em Baku (2024), ficou evidenciado que os desafios globais persistem. As negociações sobre o aumento no financiamento para países em desenvolvimento continuam complexas, e a ausência de líderes de nações-chave gerou preocupações quanto ao impacto sobre as negociações e a implementação de políticas climáticas eficazes. O Brasil apresentou a sua nova NDC, estabelecendo metas ainda mais ambiciosas de redução entre 59% e 67% de emissões líquidas de GEE até 2035, tomando como referência os níveis de 2005. No entanto, a efetividade desses compromissos dependerá da implementação de políticas internas robustas e da capacidade de mobilizar recursos para enfrentar os desafios climáticos, preparando o terreno para a COP 30, em Belém.

Em 2025, veremos, pela primeira vez, a Conferência sendo realizada em uma cidade amazônica, o que carrega um peso simbólico significativo, destacando a importância do bioma para o equilíbrio climático global e a urgência de ações concretas para a sua preservação. O Brasil, ao ser anfitrião da COP 30, a ser realizada em novembro próximo, no coração da Amazônia, terá a oportunidade de demonstrar resultados tangíveis, como a redução das taxas de desmatamento e avanços na transição energética e na regulamentação de mercados climáticos, e destacar iniciativas de restauração florestal e promoção da bioeconomia. A consolidação dessa trajetória dependerá da capacidade de implementar políticas integradas que combinem desenvolvimento econômico sustentável, proteção ambiental e inclusão social, garantindo que os compromissos climáticos assumidos em Sharm El-Sheikh evoluam de intenções para ações concretas e verificáveis.

Como potencial protagonista da agenda do clima, a COP 30 será, portanto, uma linha divisória para o Brasil. Será o palco onde todo o protagonismo poderá ser visto. Para isso, é preciso provar que não é só discurso em meio a aplauso fácil. Se falhar mais uma vez, o País deixará de ser visto como uma potência ambiental para virar apenas um ator sem grandes qualidades, que promete grandes atos, mas nunca sobe ao palco principal. O mundo não espera mais discursos inflamados, mas sim uma liderança tangível. ■

"Como potencial protagonista da agenda do clima, a COP 30 será, portanto, uma linha divisória para o Brasil. Será o palco onde todo o protagonismo poderá ser visto. Para isso, é preciso provar que não é só discurso em meio a aplauso fácil."

*Coordenadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)